

## **PDE – “O QUE REVELA A PRODUÇÃO DOCENTE NA LINHA DE ESTUDO: AVALIAÇÃO E SEUS PROCESSOS INVISÍVEIS – 2007/2009”**

**Camila Lemes dos Santos<sup>1</sup>**

**Resumo:** O referido trabalho teve como objetivo detectar o que revela as produções docentes na linha de estudos Avaliação e seus Processos Invisíveis, na disciplina de Educação Física no período de 2007 a 2009, no PDE. A presente investigação correspondeu a um estudo exploratório. Concentramos o trabalho em leituras pertinentes ao assunto, com o objetivo de tentar uma melhor aproximação e subsídios para reflexões posteriores em relação ao tema que nos propusemos investigar. Localizamos os artigos postados no *site* da Secretaria de Educação. Foi realizado o resumo dos mesmos para que pudéssemos visualizar e, após, analisar a linguagem e metodologias aplicadas nos trabalhos. Foram encontrados setenta artigos e apenas três correspondentes à linha de estudo supracitada. Observou-se que cada professor tem seus princípios avaliativos diferentes, e cabe ao mesmo identificar qual método vem atender as expectativas do seu educando e de si próprio.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais; Formação de Professores; Metodologias de Ensino.

### **PDE - "WHAT REVEALS THE TEACHING PRODUCTION IN THE LINE OF STUDY: EVALUATION AND ITS INVISIBLE PROCESSES - 2007/2009"**

**Abstract:** This work aimed to detect which reveals the teachers' productions in the line of studies Evaluation and its Invisible Processes in Physical Education from 2007 to 2009, the PDE. This research corresponds to an exploratory study. We focus the work of relevant readings to the subject, in order to try a better approach and subsidies for further reflections in relation to the theme that we set out to investigate. We locate the articles posted on the Department of Education website. It was performed the summary of them so we could see and, after analyzing the language and methodologies applied in the work. They found seventy articles and only three corresponding to the aforementioned line of study. It was observed that each teacher has his/her different evaluative principles and it is up to even identify which method that will meet the expectations of his/her student and yourself.

**Keywords:** Public Educational Policies; Teacher Training; Teaching Methodologies.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho investigou o que revela a produção docente na linha de estudo: Avaliação e seus processos invisíveis na disciplina de Educação Física – 2007/2009, no PDE. A Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), por meio da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, institui, conforme fora previsto no “Plano de carreira do Magistério estadual”, o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE-PR), uma ação integrada às atividades da formação continuada em

---

<sup>1</sup> Graduanda em Educação Física da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).

educação; o mesmo estabelece, num primeiro momento, uma aproximação, para posteriormente acontecer uma intervenção entre os professores do Ensino Superior e professores da educação básica. Tal aproximação entre os pares tem o intuito de despertar nos docentes da rede pública básica a produção de conhecimentos e fazer com que esses professores busquem uma reflexão de suas ações didático-pedagógicas, as quais venham proporcionar melhorias no processo ensino-aprendizagem, com o propósito de contribuir para que a escola do estado do Paraná tenha uma melhor qualidade, no que tange ao ensino.

Portanto, segundo a secretaria supracitada, o PDE-PR oferece ao professor a oportunidade de retornar às atividades acadêmicas de sua área de fundamentação sobre a prática na busca pela melhoria e mudanças das ações do cotidiano escolar e na formação de professores, as quais denominamos como formação continuada, dentro de uma proposta associada às políticas educacionais, para que haja transformações contínuas no processo ensino-aprendizagem, sinalizando a possibilidade de uma sociedade mais igualitária e humana.

Ressalta-se, ainda, que o PDE-PR considera e reconhece o saber do professor construído ao longo de sua formação inicial e, principalmente, ao longo de suas experiências cotidianas, para, a partir delas, proporcionar a reflexão pautada nas teorias educacionais, a fim de contribuir para uma prática escolar mais fundamentada. Para que isso aconteça de uma maneira coesa, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná elaborou linhas de Estudo para cada disciplina constante no currículo escolar. A disciplina a qual nos propomos a investigar no PDE-PR foi a Educação Física, a qual possui as seguintes linhas de Estudo: Diálogos entre Teorias e Metodologia, Cultura Corporal: Pontes de Análises, Avaliação e seus processos invisíveis, Tecnologia e suas linguagens no ensino da Educação Física, e Diálogos entre Teoria e Metodologia.

A linha de Estudo investigada foi a de Avaliação e seus Processos Invisíveis. Justificamos a escolha dessa linha por entendermos que a temática avaliação traz uma complexidade em detectarmos o produto final no processo ensino aprendizagem.

Para que possamos entender melhor todo esse processo recorremos a algumas fundamentações no que diz respeito às Políticas Educacionais e suas peculiaridades em relação à educação e – por que não dizer? – o educando.

## 2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUAS INTERFACES

Na contemporaneidade, é comum nos depararmos quando falamos em educação, com questões que remetem a falar sobre direito à educação. Todo gestor, há um tempo, vem se preocupando com esse provável direito, muitas vezes utilizando em campanhas “eleitoreiras”, as quais, usadas de maneira sadias, teriam uma conotação, talvez possibilitassem uma produção final diferenciada. Para reforçar nossa opinião, recorremos a (BOBBIO, 1992) *apud* (CURY, 2002, p3).

[...] A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por existência, deve entender tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente, quando o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação [...]

A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. Neste sentido, é uma obrigação de todo o gestor oferecer à sua população uma educação sistematizada, dentro de um padrão de qualidade, não apenas para cumprir algumas obrigações determinadas por leis que existem, mas com o compromisso da valorização do ser humano, pensando no bem-estar da população, no conhecimento que a mesma obterá com essa qualidade educacional, transformando a criança de hoje em elemento útil para a sociedade amanhã.

Quando falamos em direito à educação, estamos nos referindo também em relação às igualdades sociais. Portanto, não adianta falarmos sobre direito à educação se nós não oportunizamos o acesso à mesma para aqueles que estão numa faixa de desigualdade social, ou até abaixo, ou seja, em situação de risco.

Segundo SOUZA *apud* (Coletivo de autores, 2009, p. 26), as sociedades de classes, possuem dois tipos de interesses: os imediatos e os históricos. Para os autores,

[...] os interesses imediatos da classe trabalhadora, na qual se incluem as camadas populares, correspondem à sua necessidade de sobrevivência, à luta do cotidiano pelo direito ao emprego, ao salário, à alimentação, ao transporte, à habilitação, à saúde, à educação, enfim, às condições dignas de existência [...]

Provavelmente, agindo dessa maneira, ficaremos apenas no discurso e não na ação. Existe também a possibilidade de que, ao partirmos do princípio que pertencemos a uma sociedade civil organizada, seria interessante que a obrigação

pela educação fosse uma cultura instituída na própria sociedade. Para isso, podemos recorrer a (OLIVEIRA, 2000) *apud* (CURY, 2002), onde ele diz o seguinte:

“[...] de acordo com o princípio, cada pessoa, cada cidadão deveria ser capaz de garantir-se a si mesmo e a seus dependentes, não cabendo a intervenção do Estado [...]”

Nesse sentido, entendemos que existe um fator cultural, pois o Estado tem a obrigação sim de oferecer a educação, mas as pessoas têm também o dever de procurar por essa educação, e muitas vezes isso não acontece. Quando falamos na procura da sociedade pela educação, podemos citar (OLIVEIRA, 2000) *apud* (CURY, 2002), onde adverte que o caminho que leva à construção dessa sociedade, implica o processo gigantesco de educação, e não apenas a educação entendida no sentido da transmissão do conhecimento, mas no sentido da formação da cidadania, ou seja, seria a exata secção da palavra educação, proporcionar ao ser humano a transformação para que o mesmo seja incluído como cidadão no contexto social.

Em relação à questão do direito, podemos tomar como exemplo as palavras de (MARSHALL, 1967) *apud* (CURY, 2002), quando o mesmo classificou os meios do direito em três momentos, o primeiro chamado de direito civis, os quais se estabeleceram no século XVIII, os direitos políticos se estabeleceram no século XIX, e os sociais, vindo a seguir, no século XX, sendo o direito social o mais ligado às questões educacionais, pois, para o autor, o direito à educação é um direito social de cidadania, genuíno, pois o objetivo da educação durante a infância é moldado para a fase adulta em perspectivas. Então esse direito social está diretamente ligado ao direito à educação, pelo fato de que a sociedade está inserida dentro ou fora de uma escola, de uma educação sistematizada, e ela tem a obrigação de procurar a transformação dentro dos conceitos pré-determinados impostos pela sociedade civil organizada.

A partir da década de 90, houve um compromisso do poder público com a formação dos professores, proporcionando uma reforma na educação brasileira. Os gestores, talvez na ocasião por força política, começaram a ter um novo olhar para a educação brasileira, instituíram projetos para a melhoria na educação básica, reformulações de currículos nas universidades, como também começaram a entender que o professor, ao sair dos bancos universitários, precisa continuar seus estudos e rever suas metodologias de ensino para a melhoria do processo ensino-

aprendizagem.

Ao falarmos em gestão ou políticas públicas educacionais, podemos recorrer a (VIEIRA, 2007) *apud* (MOREIRA, 2012), onde ela nos retrata o seguinte: existem três dimensões para a implementação de políticas educacionais dentro de uma gestão pública; ou seja, a primeira dimensão é o valor público, a segunda são as condições de implementação, e a terceira são as condições políticas. Em relação ao valor público, dá conta da intencionalidade das políticas, ou seja, quando a Constituição afirma que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, em seu artigo 205. A mesma, em seu valor público, em obediência à lei, precisa materializar-se, no sentido de cumprimento da lei, traduzindo-se, assim, em políticas públicas. Isto, traduzido em políticas públicas, vem a nos conceder as operacionalizações das ações finais, que daí, enfim, são geridas pelo gestor. Quando se implementam as condições de políticas educacionais, viabiliza-se a concretização do planejamento feito pelo gestor no seu produto final.

É isso que (VIEIRA, 2007) *apud* (MOREIRA, 2012), nos remete a refletir sobre a gestão das políticas educacionais, indicando certos processos que são deixados de lado por alguns gestores, talvez até por falta de capacidade e habilidade, pois não podemos esquecer que existem os cargos eleitoreiros, dívidas de campanhas, promessas para “pagamentos” de apoios recebidos, e, com toda essa falta de conscientização de políticos, quem perde com isso é a sociedade, pois existem pessoas erradas em certas funções.

A educação no Brasil está mudando, ou, pelo menos, há uma intenção de mudança, mas, para que isso aconteça em sua plenitude, é necessário que todos formem uma corrente e que os elos da mesma jamais sejam rompidos ou corrompidos pela máquina administrativa; e que os professores tenham sempre oportunidades de aprimoramento e valorização, no que podemos chamar de formação continuada. Com isso, os mesmos poderão refletir sobre suas ações educacionais, para que possam, sempre que possível ou for conveniente, mudar suas ações metodológicas.

### **3. O PROFESSOR E SUAS AÇÕES METODOLÓGICAS**

A área do conhecimento chamada educação física, com o passar do tempo, recebeu várias denominações, tais como: ciência do movimento, motricidade humana, ciência da motricidade, até chegarmos à denominação Cultura Corporal, denominada

pelo Coletivo de Autores, formado pelos professores Lino Castellani Filho, Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Elizabeth Varjal, Micheli Ortega Escobar e Valter Brach, profissionais da área que se dedicam a estudar as práticas pedagógicas da educação física enquanto componente curricular e suas tendências pedagógicas e metodologias de ensino. A educação física, enquanto componente curricular e pedagógico, é entendida pelos mesmos como os elementos que envolvem a dança, a ginástica, as lutas, o esporte e os jogos.

Para o Coletivo de autores (2009), a pedagogia é a teoria e método que constrói os discursos, as explicações sobre a prática social e sobre a ação dos homens na sociedade, onde se dá a sua educação. Enquanto profissionais de educação física, não podemos esquecer que somos responsáveis por essa educação, no sentido amplo da palavra, e como educadores por estarmos inseridos no contexto escolar, temos a responsabilidade de tentarmos melhorar nossas ações metodológicas para que possamos atingir nossos objetivos enquanto professores, pois percebe-se que a educação física está se perdendo nos bancos escolares, devido à falta de interesse de alguns professores em preparar-se de uma maneira condizente à expectativa do educando; muitos desses profissionais estão descompromissados com a utilização de metodologias de ensino, transformando suas aulas em mera distribuição de material, tais como bolas, arcos, cordas etc.

O professor, ao preparar seu plano de ensino, deve, dentro da obediência estabelecida de um projeto político pedagógico, procurar aplicar uma metodologia que venha ao encontro de seus educandos. A concepção do educador para seu aluno deve ser definida como uma forma global de ensinar, e a todo o momento, seria muito interessante que tal metodologia fosse revista pelo professor e, se houver necessidade de mudança ou alteração, que o faça.

Elaboramos essa pesquisa com o intuito de revelar as produções docentes dos professores envolvidos no processo. Sendo assim, levou-nos a formular a seguinte pergunta: “O que revela as produções docentes na linha de estudos Avaliação e seus Processos Invisíveis, na disciplina de educação física no período de 2007 a 2009”. A investigação foi delimitada entre os Núcleos Regionais de Educação de Irati, Guarapuava e União da Vitória. Justificamos a periodização de 2007 a 2009, por serem os únicos trabalhos postados em forma de artigos no *síte* da Secretaria de Educação na ocasião da elaboração do projeto. No momento, observou-se que já



estão postados trabalhos nos anos posteriores, tais como: 2010, 2011, 2012, sinalizando, assim, um novo período para ser investigado na sequência.

#### 4. METODOLOGIA

A presente investigação corresponde a um estudo exploratório. Segundo (BOURGUIGNON; OLIVEIRA JÚNIOR, 2012), a pesquisa exploratória contribui tanto para uma aproximação da realidade que se quer conhecer quanto para o domínio teórico necessário à definição de hipóteses; busca antecedentes, histórico, pessoas importantes, atualizar conceitos, propiciar a apreensão do problema de pesquisa etc.

Para desenvolver o estudo exploratório, recorremos a QUIVY e CAMPENHOUDT (1992), citados por OLIVEIRA JUNIOR, SGARBIERO e BOURGUIGNON (2012, p. 203), onde apresentam três atos e sete etapas para a construção de uma pesquisa. O primeiro ato consiste em três etapas, o qual é denominado de ruptura de uma pesquisa: pergunta de partida, exploração e problematização.

Seguindo as etapas sugeridas, esta investigação começou com a pergunta de partida, a qual, segundo os autores supracitados, não poderá ser formulada sem a obediência a alguns critérios, os quais são: clareza, exequibilidade e pertinência. Na tentativa de obediência ao enunciado, formulamos a seguinte pergunta: O que revela as produções docentes na linha de estudos Avaliação e seus Processos Invisíveis, na disciplina de educação física no período de 2007 a 2009?

Em seguida iniciamos a investigação com a etapa de exploração, onde concentramos o trabalho em leituras pertinentes ao assunto, com objetivo de tentar uma melhor aproximação e procurar subsídios para discussões posteriores em relação ao tema que nos propusemos a investigar. Para isso utilizamos referenciais bibliográficos e artigos sobre Políticas Públicas Educacionais e teorias de metodologias da Educação Física.

Num segundo momento, localizamos os artigos postados no *site* da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e, após a leitura dos mesmos, organizamos um quadro de referências utilizadas nos artigos, como também o resumo dos mesmos, e posteriormente elaboramos resenhas sobre os artigos, o que nos deu subsídios para reflexão sobre os diálogos apresentados nos artigos.

Como etapa final, fizemos observações, análise e conclusões a respeito

dos trabalhos, tentando responder a pergunta que deu origem à investigação.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir dos textos estudados sobre a educação, questionamos de que forma a mesma vem sendo desempenhada, se é de acesso de todos, portanto, não deve ser restritiva e precisa de uma proposta com qualidade, ou seja, estruturas físicas, profissionais qualificados e propostas metodológicas coerentes de acordo com as angústias e necessidades do educando.

Para que possamos nos remeter como uma sociedade qualificada em educação, precisamos que os envolvidos na mesma, ou seja, que os professores estejam satisfeitos com sua profissão. Por isso, a necessidade de propostas de políticas públicas para a educação é primordial para que possamos, cada vez mais, ter à frente dos nossos bancos escolares, profissionais qualificados e comprometidos com a educação de nossas crianças, para que no futuro possamos nos orgulhar dos adultos que se tornaram, contribuindo para o progresso do nosso país.

Na tentativa de buscar subsídios para a sustentação da nossa proposta, e que a discussão sobre a qualidade dos trabalhos propostos pelos professores envolvidos no PDE seja uma discussão que venha ao encontro das expectativas de todo o processo em prol de uma melhoria no ensino público, tivemos o cuidado em analisar os artigos postados, os quais seguem abaixo descritos:

O primeiro artigo encontrado foi da turma do PDE de 2009: Avaliação dos aspectos técnico-táticos do ensino do voleibol por meio do método analítico e método cognitivo global, em turmas de 5as. séries, tendo como autor o professor Joelcio Schulz, e orientador o professor Michel Milistetd. O artigo apresentado em questão teve como objetivo analisar os aspectos técnicos e táticos do ensino do voleibol, por meio do método cognitivo global e método analítico, na prática pedagógica dentro da realidade escolar.

O voleibol é um esporte coletivo que já pode ser trabalhado nos anos iniciais, pois traz consigo diferentes aspectos para auxiliar o desenvolvimento do aluno, como capacidades motoras, físicas psíquicas e sociais.

A partir de que o professor comesse a trabalhar com a técnica e tática, a modalidade começa a se tornar complexa, aí é onde ele precisa encontrar um meio de motivação para o aluno, para que o jogo fique prazeroso, ainda perceber que não



pode buscar alto rendimento, por isso cabe ao professor estar atualizado sobre as diversas metodologias existentes.

O aprendizado tático e técnico depende do conhecimento do jogador, pois deve estar pronto para as estratégias e tomadas de decisões para resolução de problemas, o que está relacionado com os diferentes métodos a que o professor se adapta para o ensino-aprendizagem.

Em relação ao método analítico, este é caracterizado pelo ensino-aprendizagem ou treinamento dividido em uma sequência pedagógica, para solucionar os problemas imprevisíveis que acontecem dentro do jogo.

Em relação à linha de estudo, denominada pelo PDE como Avaliação e seus Processos Invisíveis, temos a relatar que o autor do trabalho adotara o protocolo de OSLIN (1988), em que aspectos táticos são aferidos pela tomada de decisão e pelo ajustamento, enquanto a eficácia na execução das habilidades nos procedimentos técnicos de serviço, tais como recepção, defesa, passe, ataque, os quais foram adaptados por MESQUITA (2005). O instrumento utilizado para avaliação final foi o GPAI (The Game Performance Assessment Instrument) (OTSLIN *et al.*, 1998). É um instrumento de avaliação da técnica e da tática individual, porém a técnica é avaliada pedagogicamente. Os aspectos analisados pelo instrumento foram: tomada de decisão, ajustamento, eficácia (toque, saque).

Os métodos distribuídos entre as 10 aulas foram:

- Método cognitivo global para a 5ª A, com demonstração de movimento. Os alunos tentavam realizar os movimentos; realização de jogo sem regras específicas, apenas com regras dotadas pelo professor, fazendo com que eles aprendessem de forma prazerosa;

- O método analítico para a 5ª B, realizado com uma forma explicativa e demonstrativa, depois movimentos em fileiras e colunas, deslocamentos, noções de ataque e defesa e movimentos repetitivos com regras específicas do voleibol;

- E nenhum método para a 5ª D, que ocorreu sem nenhuma intervenção didática.

O método cognitivo global leva à resolução de problemas. O mesmo, quando aplicado, obteve um resultado melhor durante o saque e rapidamente se coloca para a defesa. Leva vantagem sobre o método analítico, pois ocorrem tomadas de decisões e resoluções de problemas. Em relação ao método analítico, quando aplicado, foi

observado pelo autor que não ocorreu o processo de decisão. Ele foca muito nos fundamentos, não dando motivação. Assim, os alunos fazem o movimento como se fosse uma obrigação, portanto não leva à execução da tática. Os resultados não foram os esperados, por isso deve-se realizar mais experiências sobre a práxis que talvez dê um resultado melhor.

O segundo artigo analisado, denomina-se **Avaliação escolar: da teoria à prática**. O autor é o professor Elias Batista de Oliveira Júnior, e orientadora a professora Flávia Ângela Servat Martins, na turma do PDE 2009.

No processo educacional e fundamental é que ocorre a avaliação. Só assim é possível perceber qual o nível de desenvolvimento do educando. Existem vários tipos de métodos avaliativos, por isso o professor deve selecionar e ter bons instrumentos para ter sucesso na avaliação.

Para a escolha deve considerar todo o contexto trabalhado, quais os alunos que trabalha e o seu ambiente. É importante que o professor não fique somente em um método de avaliação. Quanto mais métodos ele tiver, mais conhecimento terá das dificuldades dos alunos.

Esta pesquisa foi realizada no ensino fundamental do Colégio Estadual Castro Alves, de Pato Branco, Paraná, em seis turmas de quinta a oitava séries. Teve como objetivo oferecer aos professores instrumentos de avaliação diversificados e que abrangessem formatos diferentes de expressão por parte dos alunos. Foram oferecidos quarenta e sete instrumentos aos professores para avaliação na sua aula, cinco deles foram os mais citados pela utilização de professores, visto isso por questionários onde os professores respondiam se trabalham ou gostariam de trabalhar com esses métodos. Depois ocorreu a aplicação dos métodos escolhidos e em diversas disciplinas, em um período de quatro meses. Dentre os mais citados foram: Teste e reteste, falsa prova, autoavaliação, lista de verificação (presença e ausência e comportamentos) e autoelaboração, que consiste em elaborar questões sobre o conteúdo estudado.

Os resultados obtidos foi que há poucos autores que oferecem subsídios ao processo de avaliação dos professores. O que fica preocupante em relação ao processo ensino-aprendizagem é que existem vários instrumentos para a avaliação e que os professores preferem o tradicionalismo, assim reduzindo as respostas de conhecimentos dos alunos. É interessante que o professor tenha má percepção da

prática de cada instrumento de avaliação e que cabe ao mesmo escolher seus métodos avaliativos, que se adaptem a ele e ao aluno, favorecendo esses elementos que venham contribuir para o processo ensino-aprendizagem.

O próximo artigo tem como autora a professora Vanda de Fátima Palombiti, e como orientadora a professora Flávia Ângela Servat Martins. Teve como tema **Avaliação como mediação em educação física escolar: a autoavaliação como possibilidade.**

A pesquisa foi realizada em 2009, e teve como objetivo refletir sobre a autoavaliação no espaço escolar, abordando um instrumento avaliativo com critérios norteadores pré-estabelecidos.

A escola é o espaço que tem a função de socialização do conhecimento, onde o aluno precisa produzir a partir de suas necessidades, enfrentando, assim, a total realidade social, econômica e política. O professor deve compreender o processo de avaliação a partir da construção do conhecimento, valorizando a metodologia, aprendizagem e avaliação.

O educador deve observar o aluno como um todo no processo de ensino aprendizagem. Por isso os instrumentos avaliativos devem ser planejados para que o processo seja satisfatório, uma das diversas possibilidades está na existência da autoavaliação.

A autoavaliação, dentro das aulas de Educação Física, favorece o estudante para que ele tenha autonomia, atitudes, autorreflexão em seus avanços, e ainda fazendo com que o aluno supere suas dificuldades.

A proposta pedagógica foi a crítico-superadora, a qual é elencada pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, que trouxe os temas para dentro da aula de Educação Física: (Jogos e Brincadeiras Populares e seu Elemento Articulador e Cultura Corporal e Ludicidade com 27 sujeitos da 8ª série A do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Carmela Bortot, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná).

As mesmas foram trabalhadas com leituras, atividades individuais e em grupos, debates, conhecimentos sobre jogos e brincadeiras, histórico, organização de painéis. Depois houve um enfoque na autoavaliação com os alunos sobre o tema abordado, a partir de critérios norteadores: **sim, não e porque**, sobre o conhecimento adquirido.

Conclui-se que a autoavaliação é uma participação e um comprometimento individual, onde percebe-se qual seu nível de desempenho, partindo para um conhecimento mais complexo. Assim será proporcionado ao aluno um aproveitamento no processo ensino aprendizagem e para sua vida no contexto social; com isso, o formará para a cidadania autônoma e também possibilitará a contribuição na aprendizagem do aluno aos desafios propostos pelo professor.

## 6. CONCLUSÕES

Com a realização dessa investigação pudemos perceber que existe um diálogo com a prática pedagógica a partir das concepções teóricas da Educação Física, e que as metodologias apresentam uma relação de consonância com as propostas desenvolvidas, possibilitando, assim, momentos de reflexão do educando em relação a sua prática.

Pudemos observar que existe um hiato entre as metodologias apresentadas e os critérios de avaliação a serem seguidos. Acredita-se que esta distância entre as operações didáticas pedagógicas ocorre em função do não entendimento do professor do quesito avaliativo, pois observou-se que em muitos momentos a dificuldade é inerente.

Para que o professor esteja seguro em suas ações pedagógicas, acreditamos que a metodologia deve estar explícita em seu planejamento. Em relação a isso, entende-se que a metodologia aplicada pelos professores com uma conotação maior é proposta do Coletivo de Autores, chamada de crítico superadora. Segundo os mesmos, a educação física busca estudar a cultura corporal, composta por jogos, lutas, ginástica, esporte e dança. Segundo o Coletivo de autores (1992) *apud* (CUNHA, 2007), essa metodologia tem como eixo a explicação da realidade social complexa e contraditória. Ela questiona o objeto de cada disciplina destacando sua função social, buscando sua contribuição particular para a explicação da realidade social e natural no nível do pensamento do aluno. Para isso, é necessário o tratamento articulado do conhecimento sistematizado nas diferentes áreas. Para tanto, as matérias são tratadas como partes de um todo, que é o currículo.

No que se refere à avaliação escolar, LUCKESI (2005) relata que o ato de avaliar averigua o desempenho dos estudantes, e assim se procede a uma intervenção do educador com melhoria em seus resultados. E também é preciso

ressaltar que a avaliação da aprendizagem exige apropriação dos conceitos em práticas, pois não bastam bons discursos e, sim, ações baseadas em conceitos apropriados.

Nos artigos analisados, observou-se que cada professor tem seus princípios avaliativos próprios, e cabe ao mesmo identificar qual método vem atender às expectativas do seu educando e de si próprio. Observou-se, nos artigos, que os professores têm uma grande dificuldade para avaliar o aluno na disciplina, pois existe pouco conhecimento do tema durante o processo ensino-aprendizagem. Partindo desse pressuposto, sugere-se que haja mais estudos sobre a linha de estudo específica.

## REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, Jussara Ayres, OLIVEIRA JR, Constantino Ribeiro (org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa, Pr: TODAPALAVRA, 2012.

CASTELLANI FILHO, Lino (et al). *Metodologia do Ensino de Educação Física*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa. *Scielo*, n. 116, pp. 245-262, julho/2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. A avaliação da aprendizagem... mais uma vez. *Revista ABC EDUCATIO*, nº 46, pp. 28-29, junho/2005.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas educacionais, formação de professores e mercado de trabalho: algumas inquietações. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 132, maio/2012.

OLIVEIRA JUNIOR, C. R.; BOURGUIGNON, J. A. (Org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2012. v. 500. 214p.

OLIVEIRA JUNIOR, C. R.; SGARBIERO, M.; BOURGUIGNON, J. A. *Pesquisa Exploratória: concepção e percurso metodológico*. In: Jussara Ayres Bourguignon; Constantino Ribeiro de Oliveira Junior. (Org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2012, v.1, pp. 195-209.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE (versão preliminar 3). Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br). Acesso em fevereiro de 2014.

SANTOS, M.: A abordagem das políticas educacionais para além da relação estado e sociedade. *Pelotas*, pp. 1-16, julho/ago 2012.

Submetido: 27 de junho de 2016

Aceito: 04 de janeiro de 2017